



MINISTÉRIO DA FAZENDA

OFÍCIO SEI Nº 16081/2025/MF

Brasília, 15 de abril de 2025.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Carlos Veras
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Assunto: Requerimento de Informação.

Senhor Primeiro-Secretário,

Refiro-me ao Ofício 1ª Sec/RI/E/nº 13, de 25.02.2025, dessa Primeira-Secretaria, por intermédio do qual foi remetida cópia do Requerimento de Informação nº 15/2025, de autoria do Deputado Gustavo Gayer, que solicita “informações ao Sr. Ministro da Fazenda, a respeito da notícia que o déficit do Tesouro Nacional é maior do que sugerem os balanços oficiais divulgados”.

A propósito, encaminho a Vossa Excelência, em resposta à solicitação do Parlamentar, o Ofício 15500, da Secretaria do Tesouro Nacional.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

FERNANDO HADDAD

Ministro de Estado da Fazenda



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Haddad, Ministro(a) de Estado**, em 15/04/2025, às 19:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **49550996** e o código CRC **A73BE86F**.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria do Tesouro Nacional
Coordenação de Assuntos Legislativos

OFÍCIO SEI Nº 15500/2025/MF

Brasília, 24 de março de 2025.

À Assessoria Especial para Assuntos Parlamentares e Federativos
Gabinete do Ministro
Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, Bloco P, 6º andar
70048-900 - Brasília/DF

Assunto: RIC 15/2025

Referência: Ao responder este Ofício, favor indicar expressamente o Processo nº 19995.000969/2025-10.

Senhora Chefe da Assessoria Especial para Assuntos Parlamentares e Federativos,

1. Trata-se de análise do **Requerimento de Informação - RIC 15/2025** (48293519), que solicita *informações ao Sr. Ministro da Fazenda, a respeito da notícia que o déficit do Tesouro Nacional é maior do que sugerem os balanços oficiais divulgados.*
2. Em atendimento ao Ofício nº 11208/MF (48931989), segue posicionamento desta Secretaria com os respectivos questionamentos:

1) Por que o governo tem optado por apresentar números fiscais que não refletem a realidade das finanças públicas, ocultando a verdadeira magnitude do déficit do Tesouro Nacional?

As estatísticas fiscais que apuram o resultado do Governo Central são publicadas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e pelo Banco Central do Brasil (BCB). Ambas têm como base o arcabouço metodológico estabelecido pelo *Government Finance Statistics Manual* de 1986 (GFSM 1986), publicado pelo Fundo Monetário Internacional. Enquanto o BCB apura o resultado primário utilizando o critério “abaixo da linha”, que se baseia na variação do endividamento líquido e reflete o impacto das operações financeiras no nível de endividamento do Governo Central, a STN utiliza o critério “acima da linha”, que realiza o cotejo direto das receitas e despesas primárias, essencial para o planejamento fiscal e a elaboração do orçamento.

Por seguirem o mesmo arcabouço metodológico, e considerando o estágio de desenvolvimento dos sistemas estatísticos de ambas as instituições, os resultados apurados pelas duas metodologias são muito próximos, tendo a discrepância historicamente se comportado de maneira estatisticamente adequada. Em 2024, a discrepância estatística foi de R\$ 2,0 bilhões, reforçando a consistência entre ambas as publicações.

Na justificação deste Requerimento de Informações da Câmara nº 15/2025, são citadas notícias que revelariam que o déficit do Tesouro Nacional seria, na realidade, maior do que o indicado pelos balanços oficiais. As notícias citadas mencionam principalmente receitas e despesas atípicas ou antecipadas

como responsáveis por um déficit que não apareceria nos balanços oficiais. A esse respeito, reforçamos a diferença existente entre o resultado fiscal tradicional, divulgado pela STN e pelo BCB, e o resultado fiscal estrutural, divulgado pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda. Este último representa o resultado fiscal convencional sem influências transitórias, ou seja, o resultado que seria observado com o PIB no nível potencial, preço do petróleo igual ao valor de equilíbrio de longo prazo, e sem receitas e despesas não recorrentes.

Por fim, outra publicação que promove a transparência das contas públicas é o Relatório de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais, publicado quadrimestralmente em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF). Nesse relatório, são demonstrados e avaliados o cumprimento das metas fiscais quadrimestrais e a trajetória da dívida pública.

Sendo assim, conclui-se que o governo federal apresenta os resultados fiscais seguindo rigorosamente os padrões técnicos e metodológicos estabelecidos pela legislação vigente e pelos órgãos competentes, como o Tesouro Nacional e o Banco Central, com a divulgação de estatísticas que seguem metodologias internacionalmente reconhecidas. Corrobora essa conclusão o fato de que as notícias citadas no RIC 15/2025 foram elaboradas utilizando dados públicos, provenientes das publicações disponibilizadas pelo Governo Federal para acesso de toda a sociedade.

2) A manipulação dos dados fiscais não compromete a confiança da população e dos investidores nas instituições do país?

A transparência é um pilar relevante da divulgação das estatísticas fiscais do governo federal. A clareza dos dados fiscais do governo federal é assegurada pela aplicação consistente da legislação nacional, de normas contábeis e pela rigorosa aderência aos padrões metodológicos. Dessa forma, as informações fiscais divulgadas, auditadas pelos órgãos competentes e em conformidade com as normas técnicas, permitem o acompanhamento detalhado do orçamento, fortalecendo a confiança da sociedade e dos agentes econômicos.

Nesse aspecto, ressalta-se que além das publicações mencionadas anteriormente, o Tesouro Nacional possui um sítio eletrônico voltado à transparência da execução fiscal, com informações sobre a execução da política fiscal do governo central, sobre a evolução do endividamento federal, sobre o relacionamento federativo entre outros itens de Transparência. O sítio eletrônico pode ser acessado por meio do seguinte endereço eletrônico: <https://www.tesourotransparente.gov.br/>.

3) Como o governo justifica o uso de práticas que distorcem a realidade fiscal, se isso pode afetar diretamente a percepção do mercado e a credibilidade do Brasil no cenário internacional?

Além da legislação nacional, a elaboração e divulgação de estatísticas fiscais oficiais no Brasil seguem metodologias reconhecidas internacionalmente, em conformidade com os padrões do Fundo Monetário Internacional. Essa convergência com padrões globais garante a comparabilidade dos dados brasileiros com os de outras nações, facilitando a análise do desempenho fiscal do país em um contexto internacional. No caso da divulgação do resultado primário do Governo Central presente no Boletim Resultado do Tesouro Nacional, o Brasil adota padrão metodológico que tem como base o Manual de Estatísticas Fiscais do FMI (*Government Finance Statistics Manual* 1986), que fornece diretrizes detalhadas sobre a classificação e o registro das transações fiscais. A adesão aos padrões internacionais demonstra o compromisso do Brasil com a transparência e a responsabilidade fiscal, fortalecendo a confiança dos investidores e da comunidade internacional.

4) Não é o momento de adotar uma postura mais transparente e responsável, dado o contexto de fragilidade econômica do país?

O governo federal mantém seu compromisso com a transparência fiscal, evidenciado pela divulgação regular e detalhada de todos os dados relacionados às contas públicas. A Secretaria do Tesouro Nacional sempre publica diversos tipos de relatórios fiscais com informações abrangentes sobre receitas, despesas e resultados consolidados, seguindo os prazos e formatos estabelecidos pelo conjunto de regras fiscais do Brasil. Essa divulgação sistemática permite o acompanhamento da execução orçamentária por toda a sociedade, incluindo órgãos de controle, pesquisadores e cidadãos.

Quanto à responsabilidade fiscal, a busca do Governo Federal pelo cumprimento das metas estabelecidas no arcabouço fiscal vigente demonstra o compromisso com a sustentabilidade das contas públicas. Nesse sentido, a adesão aos limites de gastos primários, o equilíbrio entre receitas e despesas, e a redução gradual da dívida pública em relação ao PIB evidenciam uma gestão fiscalmente responsável. Em particular, o Relatório de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais, publicado em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 9º da LRF, demonstra e avalia periodicamente o cumprimento das metas fiscais quadrimestrais e a trajetória da dívida pública.

5) Quais são as consequências de esconder a verdadeira situação fiscal, principalmente em um cenário em que o Brasil já enfrenta sérios desafios fiscais e uma alta carga de endividamento?

As estatísticas fiscais divulgadas pela Secretaria do Tesouro Nacional refletem integralmente a situação das contas públicas. Todos os relatórios são elaborados em conformidade com as normas legais e as melhores práticas contábeis aplicáveis ao setor público. As informações sobre receitas, despesas, déficits e endividamento são amplamente publicadas e detalhadas nos relatórios periódicos do Tesouro Nacional e do Banco Central, permitindo o acompanhamento preciso da execução orçamentária. Adicionalmente, o governo disponibiliza ferramentas de consulta pública, como o Portal da Transparência, que permitem o acesso facilitado a esses dados por qualquer cidadão. No que se refere aos desafios fiscais e à dívida pública, o governo tem adotado medidas consistentes para garantir a sustentabilidade fiscal de longo prazo, como a manutenção do arcabouço fiscal, o controle do crescimento das despesas e a implementação de reformas estruturais. Essas ações são fundamentais para manter a confiança dos agentes econômicos e criar condições favoráveis para o crescimento sustentável da economia brasileira.

6) O governo está ciente de que essa distorção de dados pode gerar uma falsa sensação de estabilidade e agravar ainda mais a crise econômica?

É fundamental esclarecer que a transparência dos dados fiscais é garantida pela estrutura institucional brasileira, que conta com publicações de estatísticas fiscais produzidas por duas instituições, com metodologia consistente e internacionalmente adotada. Além disso, as publicações são rotineiramente acompanhadas pelo Tribunal de Contas da União.

7) Não seria mais sensato corrigir os números do orçamento e informar a população de forma clara sobre o real estado das contas públicas, em vez de correr o risco de uma crise de confiança que poderá paralisar ainda mais a economia?

O Boletim Resultado do Tesouro Nacional (RTN) apresenta estatísticas fiscais com base no arcabouço metodológico estabelecido pelo *Government Finance Statistics Manual* de 1986 (GFSM 1986), publicado pelo Fundo Monetário Internacional, sem distorção da informação e, portanto, necessidade de correção por conta de algum erro sistemático na consolidação e apresentação das estatísticas. Atualmente, o Boletim RTN apresenta o resultado primário do Governo Central em um nível de segregação compatível com a estrutura da Necessidade de Financiamento do Governo Central (NFGC) utilizada no processo orçamentário, o que permite ao cidadão e aos analistas de finanças públicas integrar as perspectivas orçamentária e financeira.

8) Quais medidas estão sendo tomadas para corrigir essas inconsistências e restaurar a confiança pública nas informações fiscais?

As estatísticas fiscais publicadas no Boletim RTN são objeto de um rigoroso processo de compilação e revisão pelas equipes técnicas competentes, o que minimiza a probabilidade de divulgar-se um número que não reflita fielmente as operações ali retratadas. O Boletim RTN está em seu 30º ano, sendo objeto de constante evolução de forma a incorporar padrões metodológicos consistentes com as melhores práticas internacionais em termos de estatísticas fiscais. Trata-se de um instrumento de transparência ativa que disponibiliza à sociedade informações de estatísticas fiscais relevantes para análise da saúde das finanças públicas nacionais.

9) A manipulação dos dados fiscais não compromete a capacidade do governo de tomar decisões econômicas mais assertivas e adequadas às necessidades reais do país?

O Boletim RTN consagrou-se no cenário nacional como uma das principais e mais fidedignas fontes de informação para a análise da saúde das finanças públicas. O objetivo desta publicação é

promover transparência ativa, independentemente de previsão legal. Quaisquer informações publicadas têm como objetivo primordial a promoção da transparência fiscal, sendo, portanto, isentas de qualquer processo de manipulação das informações com o objetivo de desinformar à sociedade.

10) Não seria mais prudente adotar uma abordagem de austeridade e ajustes fiscais transparentes, que realmente reflitam a realidade orçamentária do Brasil?

O processo orçamentário brasileiro constitui-se em instrumento de planejamento no qual integram-se as diretrizes, os objetivos e as metas de médio e longo prazo previstos no Plano Plurianual, as diretrizes orçamentárias para um ano de referência estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e a programação orçamentária específica na Lei Orçamentária Anual. Este processo orçamentário consolida objetivos dos distintos poderes e órgãos da União, sendo debatidos amplamente e aprovados no Congresso Nacional, respeitando todo o processo legal.

Desde 2023 o processo orçamentário, no que se refere às regras fiscais, estabelece metas de resultado primário compatíveis com o novo regime fiscal aprovado na LC nº 200/2023, sendo fixada uma meta de resultado primário e um limite de despesas orçamentárias que permitem dar maior previsibilidade sobre o direcionamento da política fiscal.

11) A ocultação de déficits maiores do que os divulgados não coloca em risco a estabilidade econômica e social do Brasil, com impacto potencial no emprego, na inflação e no crescimento econômico?

O resultado fiscal publicado no Boletim RTN segue a metodologia “acima da linha”, em que se apura o resultado fiscal pela diferença entre fluxos de receitas e despesas, permitindo melhor acompanhamento da execução orçamentária. As estatísticas de resultados primários apresentadas estão em linha com as melhores práticas internacionais e seguem um padrão metodológico consolidado. Conforme mencionado anteriormente, a estrutura atual do Boletim RTN está alinhada àquela da NFGC habitualmente utilizada no processo orçamentário. O orçamento é objeto de extensa discussão no Congresso Nacional e a lei orçamentária aprovada a cada ano é fruto de um rito legal consolidado em países democráticos. As estatísticas fiscais publicadas pela Secretaria do Tesouro Nacional estão relacionadas de forma biunívoca com as receitas estimadas e despesas fixadas no orçamento, refletindo a etapa financeira de realização das receitas e despesas primárias quando estas sensibilizam a Conta Única do Tesouro Nacional (CTU).

12) O governo está preparado para enfrentar as possíveis repercussões de uma crise financeira causada pela falta de transparência nas contas públicas?

Conforme anteriormente exposto, a transparência fiscal é um compromisso fundamental do governo federal, assegurado pela divulgação regular e detalhada de estatísticas fiscais pelos órgãos competentes, como o Tesouro Nacional e o Banco Central, em conformidade os padrões técnicos e metodológicos que têm como base os manuais estatísticos do Fundo Monetário Internacional (FMI). Desse modo, não se vislumbra crise financeira causada por falta de transparência nas contas públicas.

13) Como o governo pretende justificar essas distorções fiscais diante de uma população que já enfrenta dificuldades financeiras, com um custo de vida elevado e um mercado de trabalho instável?

As estatísticas fiscais presentes no Boletim RTN seguem a metodologia “acima da linha”, em que se apura o resultado fiscal pela diferença entre fluxos de receitas e despesas, permitindo melhor acompanhamento da execução orçamentária. Essas estatísticas estão em linha com as melhores práticas internacionais, seguem um marco metodológico consolidado e são apresentados conforme a estrutura das NFGC, habitualmente utilizada no processo orçamentário. Desta forma, o resultado apresentado é condizente com os efeitos das políticas públicas presentes no orçamento, que é objeto de extensa discussão no Congresso Nacional, mediante aprovação da lei orçamentária anual.

14) Não é uma irresponsabilidade esconder a real situação fiscal, especialmente quando a população está sendo chamada a fazer sacrifícios?

Conforme mencionado anteriormente, o Governo Federal e, em especial o Tesouro nacional, apresenta elevado comprometimento com a transparência fiscal. Este compromisso pode ser observado

pelos diversos instrumentos de Transparência divulgados pela STN em seu Portal: [Tesouro Transparente](#).

15) Qual é o plano do governo para corrigir essa prática de manipulação fiscal e restaurar a credibilidade do país perante o mercado e a sociedade?

Além de manter a divulgação rotineira das estatísticas fiscais de acordo com padrão metodológico nacional e em formato que possibilita o cotejo das receitas e despesas realizadas com as previsões orçamentárias, o governo federal continua seu processo de fortalecimento da transparência fiscal, por meio da ampliação e fortalecimento dos instrumentos de transparência atualmente existentes.

16) Não está claro que um erro de cálculo agora pode ser a faísca que acende uma crise fiscal mais grave no futuro?

A atuação do Poder Executivo é pautada pela observância de regramentos e legislações discutidas e aprovadas pelo Poder Legislativo. Adicionalmente, seu desempenho é objeto de fiscalização social – por meio dos instrumentos de transparência anteriormente mencionados – assim como de controle externo desempenhado pelo Tribunal de Contas da União. Nesse sentido os diversos instrumentos de monitoramento de execução da política fiscal, assim como o cumprimento das regras fiscais atuam para a mitigação do risco de crises fiscais.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA

Secretário do Tesouro Nacional



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Ceron de Oliveira, Secretário(a)**, em 26/03/2025, às 11:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **49486279** e o código CRC **73EB7FDA**.

Esplanada dos Ministérios, Bloco P, 2º Andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa
CEP 70070-917 - Brasília/DF
(61) 3412-2217 - e-mail coleg@tesouro.gov.br - gov.br/fazenda